

**NATUREZA, CULTURA E POLÍTICA: LUTAS E RESIGNIFICAÇÕES  
DE ATINGIDOS PELAS HIDRELÉTRICAS DO "COMPLEXO DO RIO  
MADEIRA" EM PORTO VELHO (RO)\***

Robson Laverdi\*\*

UNIOESTE/UFSC

[robson\\_laverdi@hotmail.com](mailto:robson_laverdi@hotmail.com)

No município de Porto Velho, no estado de Rondônia, em plena Amazônia brasileira, encontram-se sendo construídas as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, entre outras obras planejadas e executadas para e na região. Essas construções fazem parte da agenda do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, apresentado e executado em todo o país no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em termos específicos, as hidrelétricas vinculadas ao PAC em Rondônia teriam como estratégia “garantir a segurança energética e modicidade tarifária para Rondônia e Região Norte” (GOVERNO, 2009, p.7).

Ambas as usinas encontram-se plantadas no majestoso leito do Rio Madeira, que é um dos tributários mais importantes do Rio Amazonas. Nas justificativas apresentadas para a execução dos projetos e em sua contraposição, um chão de interesses econômicos e políticos, assim como conflitos sociais foram desencadeados. As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, de muitas maneiras são lançadas ao panteão mais alto dos interesses “desenvolvimentistas” nacionais na cena histórica dessa primeira década do séc. XXI. Todavia, um campo de tensões encontra-se vivido no plano da cultura,

---

\* Pesquisa realizada como parte do estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a tutoria do Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma.

\*\* Bolsista do Programa de Fomento do PTI C&T/FPTI-BR.

como fazer político dos sujeitos sociais que participam concretamente desses processos.

Este texto, por sua vez, encontra-se dividido em dois momentos de análise distintos e desiguais em sua forma, mas articulados em sua compreensão. No primeiro momento apresentam-se, sucintamente, alguns argumentos e tensões situadas no plano dos macros interesses em disputa. No segundo momento, de modo mais detalhado, analisa-se o depoimento oral de um ribeirinho atingido pela construção das hidrelétricas, no distrito de Jaci-Paraná, gravado em dezembro de 2009.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA, 2005), elaborado pela empresa Leme Engenharia Ltda. para o Consórcio constituído por FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. para as obras em Rondônia, o primeiro argumento apresentado assim se coloca:

Na atualidade, praticamente, o potencial de todos os rios de grande porte das regiões Sul e Sudeste do País já está estudado, e os melhores aproveitamentos hidrelétricos já estão sendo *explorados*. As melhores alternativas hidroenergéticas disponíveis encontram-se na região Amazônica, onde se concentram 51% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro e onde, até 2000, apenas 5% do potencial hidrelétrico regional se encontrava em exploração. (EIA, 2005) (grifos meus).

No mesmo documento encontra-se presente mais uma justificativa:

Dessa forma, deve-se, ainda, considerar que às potencialidades hidrelétricas dos aproveitamentos de Jirau (3.300 MW) e Santo Antônio (3.150 MW) poderão agregar-se outros aproveitamentos hidrelétricos e todo um sistema hidroviário conjugado, que permitirá a integração sul-americana, em função da proximidade com a Bolívia e com o Peru, abrindo espaços para projetos de infra-estrutura energética e de transportes entre os três países, impulsionando o *desenvolvimento* regional. (EIA, 2005) (grifos meus)

O cenário propugnado pelo EIA (2005) assenta-se como um plano organizado e insuspeito de “exploração” do potencial hidroenergético e da “integração” regional da

Amazônia à Bolívia e ao Peru. Entretanto, cientistas, instituições, movimentos e organizações sociais vêm se mobilizando e se contrapondo ao projeto junto a várias instâncias do Governo Federal, assim como também aos grupos empresariais formados para a “exploração” da eletricidade que virá a ser produzida.<sup>1</sup> Sobre os números da população que será atingida pela construção das usinas há também controvérsia. De acordo com Artur de Souza Moret e Iremar Antônio Ferreira

O EIA/Rima identificou 2.849 pessoas atingidas diretamente pelos reservatórios das usinas, 1.087 no caso de Jirau e 1.762 no de Santo Antônio. Os núcleos urbanos afetados, segundo o estudo, serão a vila de Mutum-Paraná (totalmente inundada) e a vila de Jaci-Paraná (parcialmente). Também deverão ser deslocadas as comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas. Mas outras comunidades existentes nas áreas impactadas não foram citadas, entre elas Porto Seguro, Engenho Velho e três assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Joana D’arc I, II e III, com cerca de 1.070 famílias), o que demonstra as falhas do levantamento. Além disso, a bióloga Adriana R. C. W. Barcelos, em monografia orientada por um dos autores (Moret), em 2007, constatou que 35% das famílias da área da usina de Santo Antônio não foram entrevistadas no EIA/Rima, realizado pelas empresas Furnas e Odebrecht (...). (2009, p.50-51)

No plano da contestação sistematiza o ambientalista Glenn Switkes,

O elevado custo das hidrelétricas foi bastante questionado. Em abril de 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estimou que Santo Antônio e Jirau custarão R\$ 25,72 bilhões, além do custo adicional estimado entre R\$ 10 e R\$ 15 bilhões para as linhas de transmissão. Contratos de exclusividade entre um dos proponentes do projeto, a empreiteira Odebrecht, com empresas

---

<sup>1</sup> O Consórcio Madeira Energia UHE Santo Antônio é formado pelas empresas Odebrecht (17,6%), Construtora Norberto Odebrecht (1%), Andrade Gutierrez (12,4%), Cemig (10%), Furnas (39%) e Fundo de Investimento Santander/Banif (20%), e o Consórcio Energia Sustentável do Brasil UHE de Jirau é formado pelas empresas Suez (50,1%), Camargo Corrêa (9,9%), Eletrosul (20%) e Chesf (20%). Dados disponibilizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dezembro de 2008.

fornecedoras de equipamentos foram vistos como um constrangimento à concorrência livre no leilão. (2008, p.10)

Além dos danos irreparáveis ao meio ambiente, estes empreendimentos têm sido constituídos neste contexto como uma promessa de integração da região e do Brasil ao inevitável "progresso" e "desenvolvimento". De acordo com Switkes (2008, p.18) tais projetos são articulações políticas e econômicas constituídas a partir da *Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA), uma organização formada líderes nacionais fundada em Brasília em 2000.<sup>2</sup> De acordo com a crítica:

Basicamente, a IIRSA prioriza a integração física, através de projetos de transportes, energia e comunicação. Seus projetos prioritários estão organizados por "eixos", principalmente para preencher grandes "vazios" do continente (Amazônia, Pantanal, Chaco, Cordilheira dos Andes) com atividades econômicas de grande porte. A orientação básica é facilitar a exportação de produtos primários para portos do Atlântico, Pacífico e Caribe. (SWITKES, 2008, p.11)

Numa análise complementar o ambientalista chamou a atenção para uma questão mais emblemática neste processo:

O projeto de barrar o Rio Madeira despertou uma forte oposição por parte de entidades ambientalistas brasileiras, bolivianas e de vários outros países, já que o Complexo é considerado um projeto emblemático da política brasileira de exploração dos recursos hídricos da Amazônia a qualquer custo. Os movimentos sociais, tanto do Brasil como da Bolívia, se organizaram para resistir à imposição de um modelo de desenvolvimento na região que *despreza o modo de vida das populações tradicionais*. (SWITKES, 2008, p.11) (grifos meus).

No escopo das referências citadas expressam-se projetos em plena execução em

---

<sup>2</sup> Mais informações disponíveis em [http://www.iirsa.org/proyectos/detalle\\_proyecto.aspx?h=334](http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=334). Acessado em 10 de março de 2010.

Rondônia, com interesses e tensões distintas presentes e atuantes na sociedade brasileira contemporânea. Natureza, cultura e política, por sua vez, são categorias de análise social que precisam ser pensadas, tal como situa Raymond Williams (1988), como problemas históricos, por sua vez relacionados às dimensões socioculturais regionais, expressos por sua vez como modos de vida de ribeirinhos e moradores urbanos locais que atuam neste cotidiano cuidando da floresta como um todo. No campo dos interesses expostos notam-se usos de sentidos de “exploração” da natureza como se esta fosse um dado objeto passivo da realidade material de muitos homens e mulheres, de um único modo pronto e disponível para ser mercantilizado. Em torno deste eixo interpretativo se reitera e fixa um único sentido para a natureza, destituído das significações culturais e políticas.

A posição interessada das empresas envolvidas na produção de eletricidade, por sua vez, articula a reprodução de abstrações interpretativas moldadas por imagens de “desenvolvimento” e “progresso” esvaziadas de contornos e valores culturais. O conjunto das atividades político-econômicas que atuam na conformação do “Complexo do Rio Madeira”, tensiona direta e indiretamente as expressões vitais da cultura, os modos de vida e a sobrevivência material de milhares de pessoas que vivem nesse meio.

É preciso ter claro que o rio é fonte primordial e inesgotável de sobrevivência material e aos modos de vida das populações ribeirinhas e áreas urbanas circunscritas. Valendo-se da narrativa do ribeirinho o senhor Heleno Pereira dos Santos, de 69 anos, que vive no distrito de Jaci-Paraná, a 90 km de Porto Velho, em uma área que será alagada pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, pretende-se discutir e relacionar as categorias natureza, cultura e política. Busca-se emergir e discutir ressignificações constituídas com e a partir das realidades eivadas por tais projetos, a enriquecer o debate com sentidos políticos de luta social e outros pertencimentos evidenciados.

Interpretar o presente da construção das hidrelétricas no Rio Madeira articula compreensões relacionais com tempos diversos vividos em Rondônia e, por sua vez, na Amazônia como um todo. Para o senhor Heleno, que viveu outros processos, as atuais barragens em construção assumem dimensões aproximativas com outros momentos e

processos vividos naquele lugar. Em particular, lembrou do tempo da extração da borracha:

Borracha, nossa! Que a coisa que foi mais triste na vida nossa foi terminar com a nossa goma elástica em nosso país. Isso eu lhe digo: que hoje em dia, essa malha dessa beira de rio aqui como eu conheço, só aqui no [rio] Jaci e vários outros cantos aí. É uma tristeza se eu ver a nossa floresta toda acabada. É uma tristeza! A gente vê porque nos estamos numa situação destas coisas que estão acontecendo no mundo é por causa disso. Porque a floresta ela está revoltada com o povo. Por causa de tanta coisa que há de poluição e disso e daquilo outro. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

A extração da borracha constituiu-se num ciclo econômico de grande proporção na Amazônia no final século XIX, principalmente entre os anos 1879 e 1912, tendo temporariamente ressurgido durante anos 1940. Como se observa no relato elabora-se uma interpretação que relaciona o fim desse segundo ciclo da borracha ao processo de desmatamento assistido na segunda metade do séc. XX e que se mantém neste começo do séc. XXI. Nesses termos apresentados pelo senhor Heleno, a produção da borracha, proveniente da prática extrativista da árvore da seringueira, contribuía para a manutenção da floresta, que depois passou a ser explorada de modo intensivo ao ponto de ficar “revoltada”. Mas isso é lido de um modo mais amplo, pois:

Hoje em dia acabou o peixe nosso, dessa região aqui. Aquela beira de rio [Jaci, afluente do Rio Madeira] ali, que o senhor está vendo [gestual]. Ali quando dava de manhã cedo ou de tardezinha, a Pirapitinga [peixe] ela batia naquela beira de rio que espumava assim a água. O pessoal pegava Pirapitinga do nada ali assim. Como brincadeira quase. Acabou. Ainda tem, mas acabou. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

Pescar não surge narrado como uma prática exploratória, mas uma “brincadeira”. O rio parecia que “espumava” dando uma idéia de exaltação da vida e da fartura. A narrativa que impressiona pela vitalidade do entendimento da integração homem-natureza recupera sentidos de pertencimento ao lugar, situado a partir do protagonismo

desse ribeirão como trabalhador naquela região:

Já fiz muita coisa, trabalhei muito. O tempo que eu tirei lenha pra essa estrada de ferro [Madeira Mamoré]. No tempo que movimentava a locomotiva que era movimentada à lenha, quando... Eu acho que o senhor ainda conheceu aquela usina [termelétrica] que tinha em Porto Velho, à lenha, conheceu? Aquilo ali estragou muito pedaço de lenha que eu cortei. Cortei lenha que essa minha mão aqui que o senhor está vendo. Tinha dias que eu cortava com a gilete [marca de lâmina de barbear] assim pra desbastar os calos todinhos que ficavam dessa altura assim [gestual] e eu desbastava com a gilete assim os calos. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

Além de marcar as lutas que travou naquele lugar na condição de trabalhador, o relato chama a atenção, mais uma vez, para uma temporalidade anterior da relação exploratória de depredação da floresta, onde se “estragou muito pedaço de lenha que eu cortei.” Em Porto Velho, conforme continuou relatando:

Ali não tem uma baixa [declive no terreno]? Aquilo ali é um igarapé. Aquele igarapé nunca seca. Ele sai dali de perto da prefeitura [de Porto Velho] e joga pra ali. Joga lá dentro aquele bueiro do cai na água. Aquele igarapé grande se chama igarapé Grande. Aquele bueiro do cai na água ele vem pelo igarapé Grande. Um igarapé mais lindo da vida que tinha na região. Cansei de tomar banho, o mais lindo do mundo! E hoje em dia está virado aquele bagaço. E aí a gente, ela tinha aquela esteira que levava os pedaços de lenha tudo desse tamanho [gestual] assim. Agora tinha um pessoal jogando lenha noite e dia ali. Tinha uma turma que trabalhava de dia e tinha uma turma que trabalhava de noite. Trabalhava um embaixo assim e tinha um que trabalhava lá em cima da caldeira dela [usina termelétrica] na amostra assim. Ficava só jogando ali noite e dia pra não faltar, pra não faltar energia. É uma coisa imensa! Mas tinha gente demais! (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

De modo interessante, o senhor Heleno procurou dimensionar a quantidade de lenha que foi queimada “noite e dia” pela usina a vapor em Porto Velho, quando ainda

esta era alimentada por madeira. “É uma coisa imensa!” é uma construção narrativa que evidencia uma proporcionalidade gigantesca quase incompreensível, daquela exploração que “tinha gente demais” trabalhando para devorar a floresta para produzir eletricidade na cidade.

É que naqueles tempos a gente não pescava com esse negócio de rede. Pescava só de espinhel e de flecha. (...) Deixei muito peixe assim pela restinga. Aí tinha um lago aí pra Jaci, tinha um lago aí. Que uma época que a gente ia pescar lá e começar a secar o rio. (...) Era no mês de junho, nos festejo de fogueira de São João e São Pedro. Hoje ainda tem um moço que ainda gosta de pescar lá. A gente ia nas festas e quando era de manhã, sempre tava aquele tempo frio. Aí ia pegar aquele peixe pra comer assado na fogueira. Mas aquilo ali batia uma flecha e chegar lá no lago. Era ruim chegar no lago. Que lá o peixe era de escolher: Tucunaré, Pacu, tudo qualidade de peixe. Você escolhia o peixe pra cair. Aí dava uma hora já ia embora que pegava mais que queria. Isso era uma coisa que dava bastante peixe. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

Vários elementos compõem a narrativa do senhor Heleno. Além da imagem de fartura, bastante explicitada, interessa perceber que a pesca era feita para a sobrevivência e se utilizava de instrumentos não predatórios, pois não tinha “esse negócio de rede”. Os ribeirinhos se utilizavam de espinhéis e flechas para as pescarias, esta última, cabe mencionar, um instrumento utilizado pelos índios da região amazônica. De acordo com o tempo de outrora trazido pela lembrança, a natureza é significada a partir de horizontes de compreensão que valorizam sobremaneira o tempo passado e assim vivido. Para o senhor Heleno,

Existia muito peixe, peixe, peixe, peixe mesmo! Que era uma coisa que era um absurdo. No tempo que nós pescava, pegava Tambaqui [espécie de peixe] nós comia. Cansei de tirar de litro em litro de óleo de Tambaqui. Porque o Tambaqui é um peixe que dá a banha [gordura] mais bonita que pode existir. Ele não tem pincheira [termo regional] na gordura dele. Só não presta pra temperar com ele. Mas você pode pegar um bife de carne de gado e pode

bater, pode fritar na banha de Tambaqui, você nunca vai dizer que é banha de Tambaqui. Ele fica assim, igual esse óleo [vegetal] que a gente come agora, igual ele. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

A menção ao uso alimentar óleo de peixe Tambaqui pelo ribeirinho em sua dieta cotidiana precisa ser interpretada para além de um costume local em extinção. A narrativa do preparo e do consumo do óleo de Tambaqui também coloca em evidência a compartilha de sentidos de seu modo de vida que não desprezava a natureza, uma porque havia “peixe mesmo”. Além disso, a narrativa dá conta de outros modos de vida e usos costumeiros nessa cultura ribeirinha:

Olha, a banha do jacaré ela serve pra pessoa que sofre de enfraquecida [termo regional que sugere fraqueza] A pessoa pega aquela banha, porque a banha de jacaré é entremeada na carne dele. Quando o senhor tira o couro dele, você pega ele primeiro, aí você vê que ele tem aqueles pedacinhos de banha. E você vai tirando aquela porção de pouco em pouco. Aí você derrete ela e bota num vidro. Aí, pra pessoa que sofre de enfraquecida. Aí de manhã ele toma isso, um pouquinho daquilo, não resolve muito, mas melhora. E a banha da raia também é a mesma coisa. Só que a banha da raia é no fígado. O fígado da raia é pura banha, ela não tem banha noutra canto, só no fígado. O fígado da raia é bem grandão, daí o senhor pega ele e bota numa vasilha, numa frigideira assim e bota no fogo. Aí você vai derretendo e vai amassando ela, vai derretendo e vai amassando, amassando até ela ficar só um pouquinho assim. Aí o senhor cõa num pano, numa coisa qualquer e fica aquela banha bonita. A banha da capivara também... (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

A narrativa do convívio cotidiano com a natureza precisa ser lida como um campo de resignificação política da utilização da natureza. É preciso lembrar que o conteúdo que emerge na entrevista decorreu de uma motivação clara: as barragens de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira. O senhor Heleno não lê tais projetos descolados de uma problematização mais ampla de como vem sido “explorada” a floresta no presente em que tais projetos se sobrepõem aos seus modos de vida. Desse modo, salta à vista uma interpretação do tempo presente:

Pois é, hoje em dia, então a fartura que eu já vi, hoje em dia não existe mais. E a cada dia mais, a tendência é diminuir mais porque a desmatção acaba. Você vê os animal hoje em dia, eles estão todos coagidos na beira do rio por causa que é onde tem ainda um pouco de floresta ainda. O senhor sobe num rio desse aqui, o senhor não queira saber o tanto de derrubada que tem. Pessoas assim que eu fico meio achando, assim, um absurdo, porque a pessoa derruba aquilo e fica a vida toda aí, rapaz, derrubado aí no meio do mundo aí e não tem uma pessoa que cuida daquilo. Não tem um gado, não tem nada. Só pra acabar com a floresta ali. Porque nessa margem de cabeceira de acero aqui afora não existe mais floresta, está tudo acabado, só tem campo. O seringal que tinha aí na época da empresa, aquilo ali, não existe mais. Eu acho que isso aí é o maior crime do mundo, o pessoal derrubar uma árvore daquela. Eu acho que é o maior crime, porque aquilo ali é da camisa. E era a nossa goma [borracha] melhor que existia no país, no mundo, era a nossa goma elástica do Brasil. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

A narrativa do senhor Heleno insiste no problema do desmatamento, que volta a recordar do tempo do extrativismo da borracha. Até aí tudo vem sendo apresentado como antes. Um elemento interessante, todavia que se encontra implícito na análise perturbadora da não utilização da terra desmatada “aí no meio do mundo aí e não tem uma pessoa que cuida daquilo.” Como se vê, o entrevistado usa o verbo cuidar para se referir à natureza. Além da incompreensão quanto aos usos irracionais de destruição da floresta, subjaz a significação de convívio, que evidencia uma oposição muito clara aos sentidos correntes de exploração, tal qual argumentado pela defesa das usinas hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira. Para o senhor Heleno, ainda:

O negócio dessas hidrelétricas que esse pessoal estão construindo aí: tem gente que... eles acham. As empresas, eles acham que estão fazendo uma grande melhoria pro pessoal ribeirinho. Eles estão acabando com tudo, eles estão acabando com o povo ribeirinho. Porque é o seguinte, eles dizem: ah! nós vamos dar uma indenização pro povo ribeirinho, você escolhe uma casa, você escolhe o que quiser. Mas, meu amigo, o senhor me diga que uma

peessoa que convive 20, 30, 40 anos num canto, ele vai pegar pra fazer um canto como ele tinha? Nunca na vida mais. Não faz. Faz? Não faz. Não tem, não tem como. Não tem terreno pra ele fazer meu amigo. O terreno que ele tinha era aquele. Pra você vê, eu que morro ali num pedacinho de terra nosso ali, eu estou convivendo ali com quarenta e poucos anos que nós convive ali. Ali se eu for plantar um pé de macaxeira ele dá, se eu for plantar um pé de banana ele dá. Qualquer coisa que eu plantar ali ele dá, agora se eu for pra outra terra, aquilo ali já não vai dar mais. (Helena, 69 anos, entrevista gravada)

Neste trecho da entrevista o senhor Helena faz uma clara crítica ao processo em curso de indenização dos ribeirinhos atingidos pelas usinas. Como se vê, o relato questiona além de outras questões, o tempo de permanência e o pertencimento do ribeirinho àquele meio. Nos termos da sua elaboração narrativa “fazer um canto” é uma menção afetiva para uma realidade que está sendo negada aos ribeirinhos que convivem e lutam pela sua existência nesse meio social. Assim, continua o entrevistado:

Daí, igual um coitado, um ribeirinho. Coitado, já não sei quantos anos que mora aqui. Porque a beira do Madeira é o seguinte: a beira do Madeira a terra dele só é boa até onde ele pega aquela terra onde ela é preta. Agora se passou da terra preta pra cima já não é mais igual. Então, o ribeirinho coitado, ele está com 40, 50 anos que ele trabalha num lugar daquele. Aí a usina acha que ela vai fazer uma grande coisa com ele: tirar o coitado dali onde que ele vai repor? Até ele repor já morreu. Não tem mais nem jeito. Ele não recupera mais o que ele tinha na vida nunca. Se é 20, 30 milhões de reais [mil] que eles indenizam, eles [empresas] estão achando que eles estão fazendo uma grande coisa, mas no fim não estão fazendo nada. Estão acabando com a sobrevivência de todo mundo. Só que uma coisa eu vou dizer: nós vamos sofrer muito. E já está começando, nós não vamos mais ter safra de banana no Madeira, nós não vamos mais ter safra de roça no Madeira, nós não vamos mais ter safra de melancia no Madeira. Que isso aí não vai existir mais entendeu? Tudo isso aí, pode prestar atenção, que isso aí o consumo vai aumentar aqui no bolso do consumidor. (Helena, 69 anos, entrevista gravada)

Neste trecho o entrevistado toca em duas questões importantes que estão sendo interpretadas: a indenização ínfima paga pelas usinas e o sentido do Rio Madeira para a reprodução do modo de vida nas terras agricultáveis do seu entorno. Quanto ao problema da indenização, o que preocupa o senhor Heleno, além da baixa quantia em dinheiro, é o sentido dela na vida dos ribeirinhos, que serão deslocados e ficarão expostos à própria sorte sem condições de “repor” o que foi perdido. Neste sentido, cabe uma atenção ao uso do verbo repor que não significa “ganhar” com o processo, todavia significa reproduzir a vida em seu meio. A outra questão posta tem a ver as características físicas, como enfatizou Jorge Molina Carpio:

O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira será o maior projeto hidroelétrico da Amazônia e vai represar o segundo rio mais volumoso da bacia. Por suas características e origem andina se diferencia bastante dos outros grandes afluentes do Amazonas. Ele transporta a metade dos sedimentos da bacia e drena uma das regiões de maior diversidade física e biológica do mundo, que é compartilhada por três países: Bolívia, Brasil e Peru. (2008, p. 50)

Na leitura do senhor Heleno, “a beira do Madeira a terra dele só é boa até onde ele pega aquela terra onde ela é preta. Agora se passou da terra preta pra cima já não é mais igual”. Além da questão de compreender o problema da indenização como uma negação de pertencimento, também analisa como o alagamento não atingirá apenas os ribeirinhos, pois “tudo isso aí, pode prestar atenção, que isso aí o consumo vai aumentar aqui no bolso do consumidor”. No âmbito dessa discussão, a narrativa do entrevistado passa a tocar mais diretamente no problema da construção das usinas propriamente ditas:

Porque o Madeira, todo mundo que mora na beira do Madeira ele tem a sua sobrevivência. Então as usinas vão acabar com tudo. Vai acabar não, já acabou, não vai acabar. O peixe, o peixe nas cachoeiras, as usinas estão acabando com os peixes tudo, com aquele bombardeio, nessa cachoeira aí de Santo Antônio aí. Quando eles bombardearam a cachoeira, quantas toneladas de peixe eles não mataram? Eu tenho um relato de uma folha lá em casa, desse tamanho [gestual] assim de um relato do tanto de peixe que a usina

matou. Eles não apresentaram não. Eles apresentaram só um pouco e o resto eles apresentaram só. Mas eu tenho lá em casa, um relato, uma folha quem foi que me deu foi lá um senhor que trabalha no sindicato dos pescadores em Porto Velho. Pois então a situação é essa. Mas de qualquer maneira a gente estando com vida e saúde, Deus concede pra nós viver nós vamos vivendo. (Heleno, 69 anos, entrevista gravada)

Neste texto, parte-se da situação concreta da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, o segundo rio mais caudaloso da bacia Amazônica. No primeiro momento expusemos os sentidos correntes pelo Governo e Consórcios envolvidos na construção das usinas, pautados pelos interesses de “exploração” da natureza, assim como pelos esvaziados sentidos de “desenvolvimento” e “progresso” para o país. De outro modo, pautado pelo campo do vivido e da experiência concreta no tempo e no meio amazônico, buscamos perceber como a partir da entrevista oral com um dos ribeirinhos atingidos no distrito Jaci-Paraná, de Porto Velho, que narrou não apenas o processo que os envolve no presente da construção das hidrelétricas. Mas também todos os sentidos políticos de pertença a uma natureza que não é um objeto passivo, mas compreendida como constitutiva de suas experiências e modos de vida que lutam para cuidar da floresta não apenas neste momento, mas em outros processos históricos vividos na Amazônia.

A partir do relato desse ribeirinho procurou-se compreender como natureza, cultura e política são elementos constitutivos da experiência sociocultural mais ampla dos atingidos do chamado Complexo do Rio Madeira, que articulam a produção de uma interpretação marcadamente contestadora dos sentidos correntes de “exploração” e “desenvolvimento”, eivados como aqueles únicos caminhos a serem seguidos. Embora tendo sido analisado um único relato, o que de fato não dá conta nem aspiram a uma amostragem da totalidade social concreta, a reflexão exposta neste texto, ao acompanhar a inteireza de uma entrevista, permite penetrar no social pelos caminhos da narrativa individual, desvendando sentidos e pertencimentos contra-hegemônicos consideráveis. Pois tal como inspira Raymond Williams,

Em vez de pensar na sociedade como um objeto único e uniforme, observamos grupos reais e as relações entre eles. Como estas relações podem ser não somente de cooperação, mas também de tensão e conflito, o indivíduo com seu sentido das direções particulares encontra material nas orientações alternativas de sua sociedade que lhes possibilitem expressar um crescimento discrepante em termos sociais. (2003, p.89, tradução livre)

A História Oral, neste sentido, opera possibilidades de apreensão de leituras alternativas em processos de transformação inevitavelmente em movimento. É rico perceber, a partir da experiência de diálogo com a entrevista do senhor Heleno, o quanto temporalidades da experiência social de convívio “cuidadoso” com a natureza são apresentadas no presente enquanto sentidos políticos de pertença cultural, numa realidade concreta e perversa, inevitavelmente posta no viver desses homens e mulheres da Amazônia brasileira às margens do Rio Madeira.

#### **Fontes escritas:**

GOVERNO. Presidente (Luis Inácio Lula da Silva (28º Balanço do PAC - Rondônia. Brasília, 2009.

HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: energia para quê e para quem? Porto Velho, Movimento dos Atingidos por Barragens, Cartilha de Estudo, 2008.

#### **Fonte oral:**

Entrevista concedida por Heleno Pereira dos Santos a Marcos Fábio Freire Montysuma e Robson Laverdi, em Jaci-Paraná-RO, em 13 de dezembro de 2010, 42 min.

#### **Referências bibliográficas**

CARPIO, Jorge Molina. Hidrologia e Sedimentos. In: SWITKES, Glenn (org.). *Águas turvas: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas*. São Paulo, Internacional Rivers, 2008.

MORET, Artur de Souza; FERREIRA, Iremar Antônio. As hidrelétricas do Rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação do Brasil. In: *Ciência Hoje*, SBPC,

vol. 45, n. 265, nov. 2009. Disponível em [http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/revista-ch-2009/265/pdf\\_aberto/riomadeira265.pdf](http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/revista-ch-2009/265/pdf_aberto/riomadeira265.pdf), acessado em 16 de março de 2010.

SWITKES, Glenn (org.). *Águas turvas: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas*. São Paulo, Internacional Rivers, 2008.

Williams, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona, Península, 1988.

\_\_\_\_\_. *La larga revolución*. Buenos Aires, Nueva Visión, 2003.